



D. Tomás Balduino e D. Pedro Casaldáliga durante a entrevista coletiva de ontem em Itaipá.

D:Casaldáliga critica a abertura "só de boca"

RICARDO CARVALHO E
FERNANDO FOCH

Enviado Especial

ITAICI — "Não me interessa a abertura do governo com o CIMI. Interessa-me a abertura com os índios. Não me interessa a abertura do governo com a Igreja. Interessa-me a abertura com o povo. Abertura se traduz por melhores salários, liberdade de imprensa, participação política. Isso é abertura. O resto é conversa fiada. Não se trata de abrir a boca, mas de abrir as estruturas".

A afirmação foi feita ontem à imprensa pelo bispo prelado de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga, na entrevista coletiva que ele e dom Tomás Balduino, bispo prelado de Goiás velho, convocaram, para anunciar a "missa da terra sem males", promovida pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Comissão Pró-Índio, da arquidiocese de São Paulo.

ABERTURA

Perguntado sobre os possíveis reflexos da abertura política no relacionamento quase sempre tenso entre a Funai e o CIMI, órgão anexo à CNBB, por ele presidido, dom Tomás Balduino observou que "há mais trégua do que paz". Quanto as relações com a Igreja, afirmou que existe expectativa, porque "os fatos concretos viriam agora".

O prelado de Goiás velho reconheceu que "em termos de fechamento da Funai, já se superou a situação anterior". Não há mais restrições ao acesso de missionários às reservas, o que, concretamente, foi levantado em Roraima.

por seu turno, acha que "se deve ficar atento para o fato de que esta é uma abertura tática, feita por uma necessidade prática e sem muito boa vontade". Ela teria dois motivos, em sua opinião: o primeiro estaria na opinião pública e em vários setores da sociedade civil, como os advogados.

"O povo brasileiro, em geral, reclamou tanto e a tal ponto que era impossível não abrir" — disse.

Mas outra causa seria "a imposição do próprio sistema que de lá de fora manda aqui dentro". Segundo o prelado de São Félix, "o capitalismo se ajeita a tudo e é sabido internacionalmente que o trilateralismo (Estados Unidos, Europa e Japão) querem, no Terceiro Mundo, substituição de regimes militares por regimes pseudo-civis".

ÍNDIOS

"Qualquer brasileiro com consciência e vergonha deve cobrar a demarcação das terras indígenas" — afirmou, ainda na entrevista, dom Casaldáliga, como dom Tomás Balduino, lamentou a informação oficial da Funai de que não tem meios para cumprir, rapidamente, o que a legislação determinou fosse feito até o fim do ano passado.

Essa informação equivale, para o prelado de Goiás velho, "a confissão da falência da Funai", que, ainda, apresenta-se como "um órgão vencido por outras injunções." Dom Casaldáliga observou, por outro lado, que "não demarcar as terras indígenas em, no máximo, dois anos, significará a extinção de muitos grupos índios".

"Temos condições de cobrar a demarcação da terra e a restituição da terra ao índio. Há passos a serem dados e eu citaria um que é muito urgente.

E a situação dos índios Surucucu, a noroeste de Roraima. Há lá uma mineração de cassiterita que está atraindo a cobiça de vários grupos com a liderança do governador de Roraima."

Esses índios, de acordo com observação de dom Casaldáliga, são ainda arredios. E estão ameaçados. O governo tenciona, como lembrou dom Tomás, promover o retorno à área dos garimpeiros que foram afastados há dois anos e abrir a região às companhias mineradoras, já havendo entendimentos com a Companhia Vale do Rio Doce. Cerca de 20 mil famílias de garimpeiros deverão ser instaladas na região.

Dom Casaldáliga acredita, inclusive, que se tencione deixar que os garimpeiros afastem os índios. E dom Tomás acha que "este alerta ajuda a própria Funai, fraca para defender o índio de tantos interesses."

XAVANTINA

Dom Tomás disse que já há o decreto da demarcação das terras xavantes em Pimentel Barbosa (Mato Grosso), restando, ainda, aplicá-lo. Aliás, o prelado insiste em que o problema todo seja atacado num ritmo mais acelerado e pelo menos "igual ao dos interesses econômicos".

No caso de Pimentel Bueno, o decreto corrigiu "uma fraude ou um erro intencional de funcionários da Funai, que privilegiou grupos e fazendeiros".

Mas, apesar disso, e ainda na região xavante, "há problema ainda muito mais sério: o da Fazenda xavantina", instalada perto de Xavantina e ocupando área indígena.

"Parece" — acrescentou dom Tomás — "que a fazenda é do senhor Jarbas Passarinho e do governador Nel Braga".

Outra questão levantada pelos bispos, que fizeram questão de esclarecer que não falavam pela Assembleia Geral, foi a do julgamento do fazendeiro João Mineiro, que matou, em Merure, o padre Rodolfo Lunkenbein e o índio bororó Simão. Para dom Casaldáliga "isso está dando a impressão de impunidade, e há euforia entre fazendeiros, policiais e políticos." O acusado foi absolvido com base em razões contraditórias, por legítima defesa e por uma alegada ausência, o que motivou a apelação.

Apesar desses casos episódicos, os prelados acreditam que a solução da problemática indígena tem de ser obtida em todo o continente. Foi para isso, que se realizou, em junho de 1977, em Manaus, um encontro panamazônico de missionários. E é também para isto que se cogita já de uma assembléia continental.